

Parecer

Vinicius Bigonha Cancela Moraes de Melo¹, viniciusbigonha@hotmail.com

1. Especialista em Direito Civil pela Faculdade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), Ubá, MG; delegado de polícia do Estado de Minas Gerais; professor na Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé, MG, e na Faculdade Doctum, Carangola, MG.

ILUSTRÍSSIMO SR. DR. C. R. S. DA S.
DELEGADO TITULAR DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE ABRE CAMPO-MG

EMENTA: COMPETÊNCIA – ROUBO
MAJORADO – FALSIFICAÇÃO -
ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR
– ESTELIONATO - FALSIDADE IDEOLÓGICA
– RECEPÇÃO - FORMAÇÃO DE
QUADRILHA - LAVAGEM DE DINHEIRO -
CORRUPÇÃO ATIVA E PASSIVA – CONEXÃO
INTERSUBJETIVA CONCURSAL E
TELEOLÓGICA – CONEXÃO PROBATÓRIA –
FORO PREVALENTE – LOCAL DO ROUBO.

Trata-se de **PARECER** apresentado em resposta a consulta formulada pelo Ilustre Delegado de Polícia Civil Dr., titular da Delegacia de Polícia Civil da Comarca de Abre Campo, objetivando esclarecer questões relativas à competência para julgamento da ação penal nos crimes investigados pela OPERAÇÃO SCHEMA.

RELATÓRIO

Segundo notícia da competente Autoridade Policial foi instaurado Inquérito Policial objetivando apurar crimes de roubo majorado, adulteração de sinal identificador de veículo automotor, estelionato, falsidade ideológica,

receptação, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e passiva.

Durante as investigações, restou apurado que, de fato, os crimes citados teriam sido cometidos por diferentes autores em diferentes localidades. De acordo com elementos informativos colhidos no procedimento persecutório, uma quadrilha detentora de uma superestrutura criminosa atuava de maneira concatenada, através de “células”, onde cada um dos criminosos possuía função definida. Haveria um esquema de roubo de caminhões, com adulteração dos seus sinais identificadores e, através da falsificação de documentos e da participação de servidores lotados no DETRAN, os veículos eram “esquentados”.

Além dos roubos, diversas falsificações, inclusive grosseiras, já que alguns servidores do DETRAN participavam do esquema, foram praticadas com o fito único de reunir milhares de processos fraudulentos para fundamentar a geração de documentos de registros de caminhões falsos ideologicamente.

Os crimes (roubos, adulterações, falsificações, corrupção) se deram em diversas localidades: BR-262, Abre Campo (MG) e Pedra Bonita (MG), Zona da Mata Mineira, Região Metropolitana de Belo Horizonte, Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. As tarefas eram divididas com a formação de “células” e a participação de servidores públicos de diversos DETRAN’s para o processamento dos documentos.

Alguns membros da organização criminosa já estariam sendo processados na Comarca de Abre Campo pelo crime de roubo (art. 157, §2º, I e II do Código Penal) e outros já tiveram a prisão preventiva ou temporária decretada pelo mesmo Juízo.

Passa-se à análise sobre a competência para julgamento da ação penal.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, é imprescindível relembrar que os crimes apurados pela Operação Schema são os seguintes:

- a) art. 157, § 2º, I e II do Código Penal – pena de 4 a 10 anos, mais a majoração, prevista no parágrafo, o que eleva a pena de pouco mais de cinco a 15 anos de reclusão;
- b) art. 171 do Código Penal – pena de reclusão de 1 a 5 anos;
- c) art. 288 do Código Penal – pena de reclusão de 1 a 3 anos;
- d) art. 296 do Código Penal – pena de reclusão de 2 a 6 anos;
- e) art. 297 do Código Penal – pena de reclusão de 2 a 6 anos;
- f) art. 299 do Código Penal – pena de reclusão de 1 a 5 anos;
- g) art. 305 do Código Penal – pena de reclusão de 2 a 6 anos;

- h) art. 311 do Código Penal – pena de reclusão de 3 a 6 anos;
- i) art. 314 do Código Penal – pena de reclusão de 1 a 4 anos;
- j) art. 317 do Código Penal – pena de reclusão de 2 a 12 anos;
- k) art. 333 do Código Penal – pena de reclusão de 2 a 12 anos;
- l) art. 1º da Lei n. 9.613/98 – pena de reclusão de 3 a 10 anos.

A partir do que foi narrado pelo consulente, extrai-se que a principal preocupação é sobre a existência ou não de conexão entre os crimes, já que são diversos e praticados por diversos autores em locais diferentes.

Sobre o tema, explica Eugênio Pacelli de Oliveira que “a realidade dos fenômenos da vida nos mostra que pode haver entre dois ou mais fatos de relevância penal, alguma espécie de liame, seja de natureza subjetiva, no campo das intenções, motivações e do dolo, seja ainda de natureza objetiva, em referência às circunstâncias de fato, como o lugar, o tempo e o modo de execução da conduta delituosa. Em outras palavras, pode haver entre eles conexão, hipóteses concretas de aproximação entre um e outro evento, estabelecendo um ponto de afinidade, de contato ou de influência na respectiva apuração” (OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. **Curso de processo penal**. 14. ed. rev. a atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 278).

Como sintetiza Renato Brasileiro, “a conexão pode ser compreendida como o nexo, a dependência recíproca que dois ou mais fatos delituosos guardam entre si, recomendando a reunião de todos eles em um mesmo processo penal, perante o mesmo órgão jurisdicional, a fim de que este tenha uma perfeita visão do quadro probatório” (LIMA, Renato Brasileiro de. **Competência criminal**. Salvador: Juspodivm, 2010, p. 566).

Portanto, a conexão é um vínculo entre infrações penais. É a ligação, o liame que atrai para um determinado juízo os crimes ou infratores que poderiam ser julgados separadamente por órgãos diversos. É, enfim, um critério de modificação de competência.

No caso em estudo, não há dúvida de que diversas hipóteses de conexão estão presentes. Vejamos.

Conexão intersubjetiva por concurso ou concursal. É prevista na segunda parte do inciso I, do art. 76 do Código de Processo Penal. Ocorre quando duas ou mais infrações houverem sido praticadas por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar. Evidentemente, foram praticadas diversas infrações por várias pessoas em concurso. Diversos, roubos, falsificações, corrupção passiva e ativa, lavagem de dinheiro, tudo em concurso. Aliás, ao explicar sobre esse tipo de conexão Fernando Capez dá exemplo muito próximo: “é o caso, por exemplo, das grandes quadrilhas de seqüestradores, em que um executa o seqüestro, outro vigia o local, um terceiro planeja a ação, outro

negocia o resgate e assim por diante” (CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 283).

Conexão teleológica. É prevista no inciso II, do art. 76 do Código de Processo Penal. Presente quando o autor de um determinado crime pratica outra infração, com a finalidade de garantir a impunidade, a ocultação ou a vantagem em relação a qualquer delas.

Conexão probatória. É prevista no inciso II, do art. 76 do Código de Processo Penal. Incide quando a prova de uma infração houver de influir nas demais. Ora, no presente caso, a multiplicidade de provas colhidas influencia o julgamento de todos os envolvidos, de modo a se demonstrar a participação de cada um na organização criminosa. Além disso, explica Renato Brasileiro de Lima, ao abordar a conexão probatória, que exemplo atual é o da prova de crime antecedente auxiliando na prova do delito de lavagem de capitais (*idem*, p. 569). Exatamente um dos crimes apurados na OPERAÇÃO SCHEMA.

Pois bem. Presente a conexão, o seu efeito é a unidade de processo e de julgamento (art. 79 do Código de Processo Penal), tudo com o escopo de instrução simultânea para o mais completo aproveitamento dos atos processuais realizados (OLIVEIRA, *idem*, p. 281). É justamente essa unificação do julgamento que permitirá a individualização exata da conduta de cada um dos agentes e facilitará a instrução probatória.

Verificado que há conexão e que o seu efeito é a unidade de processo e julgamento, resta saber perante qual juízo deverá ocorrer essa unificação, ou seja, qual juízo deverá fazer prevalecer sua jurisdição sobre os outros.

E numa breve leitura poder-se-ia afirmar que todos os crimes investigados são da competência da Justiça Estadual, à exceção da falsificação do Diário Oficial da União (art. 109, da CRFB/88), porque atingiria interesse da União. Como corolário, a existência de crime da competência da Justiça Federal poderia levar à reunião dos processos perante ela, a teor de enunciado de Súmula n. 122 do Superior Tribunal de Justiça. Entretanto, não é o raciocínio que deve ser aplicado ao presente caso. A competência é da Justiça Estadual.

A competência da Justiça Federal para julgamento de crimes está inserta no art. 109 da CRFB. Com efeito, prescreve o art. 109, inciso IV, da Carta da República *in verbis*: Aos juízes federais compete processar e julgar: IV – os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.

Mas são dois os argumentos para que a competência seja da Justiça Estadual.

Primeiro. A falsificação dos Diários Oficiais são crimes meio, servindo para a falsificação (ideológica) dos CRLVs (certificados de registro e licenciamento de veículos). O objetivo maior era a falsificação dos CRLVs, que são emitidos pelos DETRANs dos Estados. Portanto, o interesse atingido era o do Estado em que os veículos foram registrados. Era a fé pública dos Estados que procederam à confecção dos documentos. E só quando houver interesse da União é que a Justiça Federal será competente para julgar a ação penal. Como sustenta abalizada doutrina “quanto ao vocábulo ‘interesse’, a fim de justificar a competência da Justiça Federal, ‘deve ele ser particular, específico, direto; ao contrário, em se tratando de interesse genérico, remoto, não imediato, a competência será da Justiça Estadual’” (LIMA, *idem*, p. 253). No caso em análise, o interesse direto, específico é a fé pública dos Estados.

Tal assertiva encontra eco em diversas decisões e súmulas do Superior Tribunal de Justiça.

Como exemplo, o enunciado da Súmula n. 62 do STJ: compete à Justiça Estadual processar e julgar o crime de falsa anotação na carteira de Trabalho e Previdência Social, atribuído à empresa privada.

Também o enunciado da Súmula n. 104 do STJ: compete à Justiça Estadual o processo e julgamento dos crimes de falsificação e uso de documento falso relativo a estabelecimento particular de ensino.

E o enunciado da Súmula n. 107 do STJ: compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime de estelionato praticado mediante falsificação das guias de recolhimento das contribuições previdenciárias, quando não ocorrente lesão à autarquia federal.

Do mesmo modo existem as seguintes decisões:

A competência para o julgamento de crimes de falsificação de documento público, falsidade ideológica e uso de documento falso, não havendo lesão a bens, serviços ou interesses da União, suas autarquias ou empresas públicas, é da Justiça Comum Estadual (STJ, CC 39388/SP, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, S3, DJ 1/2/2005, p. 404).

O documento que se tem por falsificado, certidão de distribuição de ações e execuções, cuja expedição é atribuição da Justiça Federal, foi utilizado para fins particulares na celebração de compromisso de compra e venda. Dessarte, não há lesão a interesse, bem ou serviço da União a ponto de determinar a competência da Justiça Federal, pois foi o particular quem sofreu o prejuízo, o que determina a competência da Justiça estadual para apreciar a suposta prática do delito de falsificação. Precedentes citados: CC 104.893-se, DJe 29/3/200, e CC 45.243-SC, DJ 28/11/2005 (STJ, HC143.645-SP, Rel. Min. Og Gernandes, j. 5/8/2010, Informativo n. 441 do STJ).

Competência da Justiça Criminal Estadual para processar e julgar o delito de uso de instrumentos e papéis destinados à falsificação de propriedade de automóveis, porque não afetados diretamente bens, serviços ou interesses da União Federal ou de algum de seus entes (STJ, RHC 1480/SP, Rel. Min. Carlos Thibau, 6ª T., DJ, 20/04/2011, p. 5.264).

PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CRIME DE FALSIFICAÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS DE TRIBUTOS FEDERAIS. PARTICIPAÇÃO EM PROCESSO LICITATÓRIO MUNICIPAL. PREJUÍZO PARA A MUNICIPALIDADE. EVENTUAL NÃO RECOLHIMENTO DO TRIBUTO. DÍVIDA TRIBUTÁRIA EXIGÍVEL. INEXISTÊNCIA DE LESÃO A BENS, SERVIÇOS OU INTERESSES DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

- 1. A falsificação de Certidões Negativas de Débitos – CNDs, ainda que de tributos federais, sem prejuízos para a União, não enseja o deslocamento da competência para a Justiça Federal.*
- 2. A simples falsificação de certidões negativas para participação de processo licitatório da municipalidade não gera, em princípio, prejuízo para a União.*
- 3. A utilização de certidão negativa falsa em processo licitatório, ainda que exista algum débito tributário, não enseja a competência da Justiça Federal, pois a dívida continua exigível e deverá ser suportada pelo próprio contribuinte.*
- 4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara da Comarca de Ponte Serrada SC, ora suscitado (STJ CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 108.597 – SC (2009D 0200682-6)).*

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE FALSIFICAÇÃO DE PAPÉIS PÚBLICOS. GUIA DE RECOLHIMENTO DA RECEITA FEDERAL. DARF. PAGAMENTO DO TRIBUTO A POSTERIORI. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

- 1. A suposta fraude ocorrida na guia de pagamento DARF – Documento de Arrecadação da Receita Federal - acarretou prejuízo ao próprio particular, que efetuou novo pagamento do tributo devido, não lesionando, portanto, a Receita Federal, eis que se perfez a arrecadação do valor. Precedentes.*
- 2. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da Vara Criminal de São Paulo/SP, ora suscitante (STJ CC 110529 / SP CONFLITO DE COMPETENCIA, 2010/0023271-4).*

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. ESTELIONATO, POSSE DE PETRECHOS DE FALSIFICAÇÃO E USO DE DOCUMENTO PÚBLICO FALSO (CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS). TEORIA DA CONSUNÇÃO. LESÃO A

PARTICULARES. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO DA FAZENDA PÚBLICA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. Considerando-se que os delitos relativos à falsificação de documento público constituem apenas o meio utilizado pelo agente para a consumação do estelionato (crime-fim), deve ser aplicada a teoria da consunção.

2. O simples fato do órgão expedidor das certidões falsificadas ser federal não atrai a competência para o Juízo suscitante, pois não houve efetivo prejuízo da União, suas autarquias ou empresas públicas, e sim das pessoas físicas destinatárias de aludidos documentos. 3. Conflito conhecido para declarar-se competente o Juízo de Direito de Anchieta/ES, o suscitado (STJ CC 101389 / ES CONFLITO DE COMPETENCIA 2008/0263749-0).

RECURSO ESPECIAL. FALSIFICAÇÃO DE CPF. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. Compete à Justiça Estadual processar e julgar o feito, quando ausente qualquer ofensa a interesses, bens ou serviços da União, suas autarquias ou empresas públicas, nos termos do art. 109, inciso IV, da Constituição Federal.

2. O simples fato do órgão expedidor do documento falsificado (CPF) ser federal não atrai a competência para referida esfera, notadamente se aludido registro foi utilizado na abertura de conta em Bancos privados, não havendo prejuízo à União. (STJ REsp 993153 / MG RECURSO ESPECIAL 2007/0231612-9).

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. APROPRIAÇÃO INDÉBITA E FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO. NOTÍCIA CRIME. INQUÉRITO. INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE PREJUÍZOS AO INSS. SÚMULA 107 DESTE STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. Hipótese em que a administradora falsificava guias de recolhimento e extratos bancários para apropriar-se de quantias recebidas do condomínio para pagar obrigações previdenciárias.

2. Inexistindo nos autos qualquer comprovação de que as supostas falsificações tenham trazido qualquer prejuízo ao INSS, limitando-se a prejudicar particulares, deve-se manter a tramitação do feito perante o Juízo Estadual. Aplicação da Súmula 107 deste STJ. Precedentes.

3. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da Vara de Inquéritos Policiais de Curitiba/PR, ora suscitado (STJ CC 62405 / PR CONFLITO DE COMPETENCIA 2006/0028014-3CC 62405 / PR).

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO. FALSIDADE IDEOLÓGICA. USO DE DOCUMENTO FALSO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO A BENS, SERVIÇOS OU INTERESSES DA UNIÃO, SUAS AUTARQUIAS

OU EMPRESAS PÚBLICAS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL.

1. Tendo o réu cometido os crimes de falsificação de documento público, falsidade ideológica e uso de documento falso e não havendo prejuízo a bens, serviços ou interesses da União, de suas entidades autárquicas ou de suas empresas públicas, é competente para o julgamento do feito a Justiça Comum Estadual.

2. Conflito de competência conhecido para declarar competente para processar e julgar o feito o Juízo de Direito da 2ª Vara da Infância e Juventude de Mairiporã/SP (STJ CC 38666 / SP CONFLITO DE COMPETENCIA 2003/0049593-9).

Resta evidente que em todos os casos citados inexistiu ofensa a bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, pelo que compete à Justiça Estadual processar e julgar o feito em discussão.

Mas ainda há outro argumento. Como afirmado pela autoridade consulente, algumas falsificações são grosseiras e não resistem a uma primeira análise mais criteriosa. Só foram aceitas porque servidores dos DETRANs participavam do esquema. E, de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, em tal caso há crime impossível. De mais a mais, pode ser feita uma interpretação a partir do enunciado da Súmula de n. 73 do Superior Tribunal de Justiça. Súmula segundo a qual a utilização de papel-moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Estadual. *Mutatis mutandis* deve ser aplicado o mesmo raciocínio. Subsistindo outros crimes, o caso é da competência da Justiça Estadual.

Enfim, concluindo pela competência da Justiça Estadual, a solução para o problema sobre o foro prevalente é dada pelo art. 78 do Código de Processo Penal, sendo aplicável à presente situação, especificamente o inciso II: no concurso de jurisdições da mesma categoria: a) preponderará a do lugar da infração à qual for cominada a pena mais grave; b) prevalecerá a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações, se as respectivas penas forem de igual gravidade; c) firmar-se-á a competência pela prevenção, nos outros casos [...].

Assim, considerando as penas dos crimes citados, deve preponderar a competência do juízo do local onde ocorreram os roubos majorados. Como eles se deram em várias localidades, dever-se-ia analisar onde ocorreu o maior número. Sendo desconhecido o número total de roubos perpetrados a regra deve ser a prevenção. Esta ocorre quando concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com competência cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato ou na determinação de alguma medida, antes de oferecida a denúncia ou queixa.

Citando decisão do Superior Tribunal de Justiça, explica Denilson Feitoza que “o ato praticado pela Autoridade Judicial, relativo a processo de sua função, apto a firmar prevenção, há que conter certa carga decisória, ou seja, há de ser capaz de demonstrar já ter, o Magistrado, conhecimento sobre o fato tido como delituoso” (FEITOZA, Denilson. **Direito processual penal. Teoria, crítica e práxis**. 7. ed. rev. ampl. e atual. de acordo com as Leis 11.893, 12.015, 12.030 e 12.037. Niterói: Impetus, 2010, p. 368).

Na mesma linha e com a clareza que lhe é peculiar, Guilherme de Souza Nucci sustenta que “ato do processo é decisão jurisdicional pertinente à ação penal em andamento, como ocorre como recebimento da denúncia ou da queixa. Medida a este relativa significa a possibilidade de não haver processo instaurado e, durante a fase de investigação, o magistrado ser chamado a proferir decisão de caráter jurisdicional, como a concessão de busca e apreensão, a decretação de uma prisão preventiva ou até a decretação de uma medida assecuratória. Nessas hipóteses, torna-se preventivo para julgar o caso, bem como as infrações conexas ou continentes” (NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado**. 9. ed. rev. atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 250-251).

In casu, o Juízo da Comarca de Abre Campo antecedeu aos outros na prática de ato do processo, já que há ação penal com a presença de acusados pelos crimes de roubos, além da decretação de prisões preventivas e temporárias.

CONCLUSÃO

PORTANTO, considerando os argumentos acima expostos, conclui-se no sentido de que a(s) ação(ões) penal(is) derivada(s) da presente investigação deve(m) ter curso perante o Juízo da Comarca de Abre Campo (MG), que é o juízo prevalente.

É O PARECER *SUB CENSURA*.

Muriaé, 23 de maio de 2011.

Vinicius Bigonha Cancela Moraes de Melo
PARECERISTA